

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE VILA FLORES

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta do Exercício Financeiro de 2014.

NOTA 1 - Contexto Operacional

A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por sete (7) Secretarias Municipais, seis (6) Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

Ativo e Passivo

Superávit financeiro: o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 14.022.036,14, é composto pelas seguintes destinações legais, aqui denominados recursos vinculados e recursos livres.

RECURSOS Código/Descrição	Disponibilidade	Obrigações	Superávit Financeiro
001 - LIVRE		465.745,11	
Demais obrigações a curto prazo	1.999.100,05	56.056,47	1.421.242,00
Total		577.858,05	
20 - MDE	31.266,06	3.844,79	27.421,27
31 - FUNDEB	5.992,17	00	5.992,17
40 - ASPS	91.695,02	30.446,33	61.248,69
50 - RPPS	11.967.554,92	1.700,00	11.965.854,92
1002 - SCFV	0,12	00	0,12
1003 - API	1,71	00	1,71
1006 - MERENDA ESCOLAR FUNDAMENTAL	0,64	00	0,64
1009 - SALARIO EDUCAÇÃO	1.531,67	00	1.531,67
1010 - PPD	1.590,39	00	1.590,39
1052 - PNATE FUNDAMENTAL	139,82	00	139,82
1054 - CIDE	81,21	00	81,21
1055 - ALIENAÇÃO DE BENS	153.391,89	00	153.391,89
1067 - BOLSA FAMILIA	4.197,17	00	4.197,17
1076 - MERENDA ESCOLAR INFANTIL	114,62	00	114,62
1083 - PNAE ENSINO MEDIO	126,87	00	126,87
1084 - PNATE INFANTIL	150,73	00	150,73
1085 - PNATE ENSINO MÉDIO	92,49	00	92,49
1087 - AQUIS EQUIP HORTICULTURA	1.916,46	00	1.916,46
1090 - MULTAS DE TRANSITO	844,20	00	844,20
1092 - FUNDO MEIO AMBIENTE	43.603,40	00	43.603,40
1190 - PROGR ATENÇÃO Á FAMILIA	20.528,85	00	20.528,85
1196 - IGD-SUAS	3.914,96	00	3.914,96
1197 - TRANSPORTE EDUCAÇÃO BASICA	7.666,53	00	7.666,53
1200 - FUNDO DA CULTURA	3.916,12	00	3.916,12
1202 - ATENDIMENTO EDUCAÇÃO ESPECIAL	36,05	00	36,05
1203 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EJA	29,10	00	29,10
1205 - AQUISIÇÃO MOV E EQUIP - FNDE	15.177,74	00	15.177,74
1209 - SCFV	45.948,39	00	45.948,39
1211 - SEGURO SINISTRO	17.195,06	16.843,00	352,06
1212 - AQUISIÇÃO PA CARREGADEIRA	Crédito a Rec.	175.400,00	-0-
1213 - MAQUINA E EQUIP-PATRULHA AGR	154.015,94	146.250,00	7.765,94
1219 - PASSE LIVRE ESTUDANTIL	1.457,29	00	1.457,29
1220 - PROJETO JOGANDO P/FUTURO	150,02	00	150,02

4002 - ALIENAÇ BENS REC SAÚDE	8.493,72	8.429,80	63,92
4011 - INCENTIVO ATENÇ BASICA	44.199,47	00	44.199,47
4040 - VERÃO GAÚCHO	42.145,33	00	42.145,33
4050 - FARMACIA BASICA	606,78	00	606,78
4051 - DIABETE MELLITOS	2.355,90	00	2.355,90
4080 - PSF E PACS	38.178,64	1.740,00	36.438,64
4090 - PSF- EQUIP SAÚDE FAMILIA	6.588,93	00	6.588,93
4234 - AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS	103.580,69	100.000,00	3.580,69
4501 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.417,36	00	4.417,36
4510 - PAB FIXO	5.151,96	00	5.151,96
4520 - ESF-ESTRATÉGIA SAUDE FAMILIA	13,25	00	13,25
4521 - PMAQ-PROG MELH QUALIDADE	8.580,02	00	8.580,02
4530 - PACS - AGENTES COMUNIT	8.530,68	00	8.530,68
4590 - TETO FINANCEIRO	291,73	00	291,73
4710 - FARMACIA BASICA FIXA -UNIAO	34.875,88	00	34.875,88
4770 - FARMACIA BASICA FIXA-UNIAO	2.003,78	00	2.003,78
4934 - AQUIS EQUIP E MAT PERM P/UBS	26.696,33	990,00	25.706,33
4935 - CONSTR/E OU AMPLIAÇ UBS	207,46	71.683,76	0,00
	Créditos a receber		
TOTAL		14.022.036,14	

Fonte: Relatórios de Origem e Aplicação de Recursos e balancete de verificação.

Dívida Ativa – Curto e Longo Prazo

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazo foi realizada mediante a metodologia mais simples de cálculo sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Foram utilizados, então, os seguintes parâmetros, sendo a referida segregação registrada em 28/12/2014, representando o saldo inicial da dívida ativa do exercício de 2012.

Saldos da Dívida Ativa Tributária (principal, juros e multas)

Arrecadado 2012	Arrecadado 2013	Arrecadado 2014	Média Anual
11.226,08	17.408,84	28.282,92	18.972,61

Dívida Ativa – Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, baseada na Avaliação de Estoque para Cálculo da Provisão, cuja técnica é a seguir apresentada, em quatro passos:

Avaliação de estoque para cálculo das Provisões:

1º passo: constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais (considerando o principal, multas e juros) ao longo dos últimos três exercícios, demonstrados no quadro seguinte:

Descrição	2012	2013	2014
Saldo Inicial da conta Dívida Ativa Tributária	163.443,01	211.581,55	171.101,28
Não Tributária	13.764,46	13.005,34	53.176,70
Arrecadação de Dívida Ativa (principal, multas e juros)	11.226,08	17.408,84	28.282,92
% de recebimentos	6,86	8,22	20,55

2º passo: calculou-se a média percentual de recebimentos, ou seja, o êxito médio na arrecadação, nos seguintes termos:

$$(6,86\% + 8,22\% + 20,55\%) / 3 = 11,88\%$$

3º passo: obteve-se o percentual de frustração, como segue: 100 - porcentagem anterior 11,88% = 88,12%

4º passo: obtenção do montante recuperável:

1 – Saldo global da conta dívida ativa (tributária) - exemplo	152.128,67
2 – Valores transferidos para o curto prazo	20.326,83
3 – Saldo remanescente (1 – 2)	131.801,84
4 – Índices da provisão	88,12
5 – Valor da provisão para perdas da dívida ativa (3 x 4)	116.143,78

O valor obtido no item 5 do 4º passo representa o saldo inicial da provisão para perdas em dívida ativa, demonstrado no Balanço Patrimonial.

NOTA 4 - Superávit financeiro e reabertura de créditos especiais e extraordinários

O superávit financeiro dos recursos vinculados indicados no balanço patrimonial do exercício de 2014 foi utilizado na abertura de créditos adicionais dentro de seus limites disponíveis, conforme o seguinte demonstrativo:

Recurso Vinculado Código/Descrição	Superávit Financeiro	Utilização em Créditos Suplementares	Utilização em Créditos Especiais	Relação de Utilização de Créditos Adicionais / Superávit Financeiro %
20 - MDE	17.486,19	17.486,19	-	100%
31 - FUNDEB	23.156,50	23.156,50	-	100%
40 - ASPS	70.372,47	70.372,47	-	100%
50 - RPPS	10.034.762,53	-	-	0
1002 - SCFV	15,25	15,25	-	100%
1003 - API	1,71	-	-	0
1006 – PNAE MERENDA	2.061,89	2.061,89	-	100%
1009 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.291,29	1.291,29	-	100%
1010 - PPD	419,32	97,50	97,50	23,25%
1052 - PNATE TRANSPORTE	4.363,82	4.363,82	-	100%
1054 - CIDE	1.614,98	1.614,98	-	100%
1055 – ALIENACAO BENS	1.617,28	-	-	0
1067 - BOLSA FAMILIA	2.581,46	2.581,46	-	100%
1076 - PNAE PRÉ ESCOLA	614,55	614,55	-	100%
1083 – PNAE ENSINO MÉDIO	708,06	708,06	-	100%
1084 - PNATE INFANTIL	193,75	193,75	-	100%

1085 - PNATE MÉDIO	929,96	929,96	-	100%
1090 - MULTAS DE TRÂNSITO	796,38	-	-	0
1092 - FUNDO MEIO AMBIENTE	10.542,28	10.542,28	-	100%
1190 - PROTEÇÃO A FAMILIA	6.069,72	6.092,72	-	100%
1192 - FUNDERGS	94,34	-	94,34	100%
1193 – EXTENSÃO RUA 10 ABRIL	260,72	-	263,71	100%
1196 - IGD SUAS	4.100,06	4.100,06	-	100%
1200 - FUNDO DA CULTURA	8.889,39	8.889,39	-	100%
1202 - ATEND EDUC ESPECIAL	161,70	161,70	-	100%
1203 – ALIM. ESCOLAR EJA	254,00	254,00	-	100%
1205 - AÇOES ARTICULADAS	35.144,82	-	35.144,82	100%
4011 - INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA	26.271,55	26.271,55	-	100%
4050 - FARMÁCIA BÁSICA	1.445,67	1.445,67	-	100%
4051 - DIABETES MELLITUS	0,38	0,38	-	100%
4080-PSF E PACS	11.519,88	11.519,88	-	100%
4501 - MEDIA E ALTA COMPLEX.	448,33	448,33	-	100%
4510 - PAB FIXO	4.326,98	4.326,98	-	100%
4520 - ESF UNIAO	6.538,90	6.538,90	-	100%
4530 - PACS UNIAO	13.786,78	13.786,78	-	100%
4590 - TETO FINANCEIRO	291,73	291,73	-	100%
4710 - FARMACIA BASICA FIXA	10.194,48	10.194,48	-	100%
4770 - VIG SAUDE EPID AMBIEN	3.920,62	3.920,62	-	100%
4935 - CONSTRUÇÃO DE UBS	83.780,30	83.780,30	-	100%

NOTA 5 – Depreciação, amortização e exaustão.

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 23/02/1989 foram reavaliados de acordo com as normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 3233 de 08 de dezembro de 2010, através de pesquisa de mercado e laudos técnicos de profissionais habilitados e depreciados, pelo método de expectativa de vida útil de cada um deles, com adoção da taxa anual de depreciação, de acordo com a categoria a qual pertencem.

As depreciações iniciaram na data de 07/10/2011, referente ao mês de setembro/2011 e serão efetuadas de forma mensal a partir desta data.

O valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no fim do período estão sintetizados na relação seguinte:

Classe contábil	Valor contábil bruto	Depreciação Acumulada até 31/12/2013	Depreciação Acumulada até 31/12/2014
485	Aparelhos de Medição e Orientação	1.797,52	2.702,08
486	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	8.351,59	12.514,28
487	Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares	56.174,35	83.154,65
488	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	7.061,58	11.592,48
489	Aparelhos e Utensílios Domésticos	33.635,05	51.337,24
490	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	288,09	416,13
491	Coleções e Materiais Bibliográficos	315,60	874,94
492	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	3.614,96	9.780,76
493	Instrumentos Musicais e Artísticos	1.911,14	2.790,74
494	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	24.696,34	38.133,82
495	Máquinas e Equipamentos de Energia	11.412,11	18.812,76
496	Máquinas e Equipamentos Gráficos	9.428,88	14.602,12
497	Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	12.691,39	19.182,60
498	Equipamentos de Processamento de Dados	43.138,08	67.156,58
499	Máquinas e Utensílios de Escritório Diversos	3.912,35	6.018,83
500	Máquinas de Oficina Ferramentas e Utensílios de Oficina	3.416,06	5.134,15
501	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Agropecuários Máquinas e Equipamentos Rodoviários	1.012.276,20	1.565.265,87
502	Mobiliário em madeira Mobiliário em ferro, aço e outros ferrosos Mobiliário em plástico e outros materiais menos resistentes.	74.996,80	118.188,78

503	Veículos de Passeio Veículos de Carga/Passageiros Veículos de Carga	503.190,97	899.932,30
504	Acessórios para Veículos	1.091,06	1.698,75
505	Veículos sem tração Mecânica	88,56	222,12
515	Peças não incorporáveis à Imóveis	14.156,10	24.406,07
516	Prédios	423.303,36	620.406,46
517	Terrenos	0,00	0,00
TOTAL ACUMULADO		2.250.948,14	3.574.324,51

OBS 1: Não houve amortização e exaustão de nenhum item no período.

OBS 2: Os terrenos rurais e urbanos não sofrem depreciação.

Os ativos imobilizados adquiridos até o último dia de cada mês somente serão submetidos à depreciação após a conclusão das seguintes etapas:

- Inclusão total de todos os itens adquiridos no mês de competência.
- Implantação do valor residual de todos os itens novos no mês de competência.

Foi utilizada a seguinte relação de vida útil econômica e taxa de depreciação por classe do ativo:

Classe contábil	Valor contábil bruto	Vida útil (em anos)	Taxa de depreciação
485	Aparelhos de Medição e Orientação	10	10%
486	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	10%
487	Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares.	5	20%
488	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%
489	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
490	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	5	20%
491	Coleções e Materiais Bibliográficos	5	20%

492	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro.	5	20%
493	Instrumentos Musicais e Artísticos	10	10%
494	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	10	10%
495	Máquinas e Equipamentos de Energia	5	20%
496	Máquinas e Equipamentos Gráficos	10	10%
497	Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
498	Equipamentos de Processamento de Dados	10	10%
499	Máquinas e Utensílios de Escritório Diversos	10	10%
500	Máquinas de Oficina	10	10%
500	Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
501	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Agropecuários	5	20%
501	Máquinas e Equipamentos Rodoviários	5	20%
502	Mobiliário em madeira	10	10%
502	Mobiliário em ferro, aço e outros ferrosos	20	20%
502	Mobiliário em plástico e outros materiais menos resistentes.	10	10%
503	Veículos de Passeio	5	20%
503	Veículos de Carga/Passageiros	5	20%
503	Veículos de Carga	5	20%
504	Acessórios para Veículos	10	10%
505	Veículos sem tração Mecânica	10	10%
515	Peças não incorporáveis à Imóveis	10	10%
516	Prédios	20	5%

Fonte: Decreto Executivo Municipal nº 3233 de 08 de dezembro de 2011.

NOTA 6 – Planos hierarquicamente interligados

Permitindo a integração dos planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, evidenciam-se que não houve diferenças relevantes:

Em relação às metas fiscais indicadas na Lei Municipal nº1710/12, que trata das diretrizes orçamentárias, observou-se que a sua realização, em comparação com a respectiva programação, comportou-se da seguinte maneira:

Resultado Primário

O Resultado Primário atingiu em 2014 o valor de R\$ 1.148.349,77, o que demonstra que foi favorável para suportar as despesas primárias.

Resultado Nominal

O Resultado Nominal atingiu em 2014, o valor de R\$ (-418.901,59) demonstrando que foi suficiente para suportar despesas com a dívida consolidada .

Foram analisadas as metas previstas nas Leis Municipais números 1454/2009, 1774/2013 e 1812/2013, que tratam, respectivamente, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. A avaliação do desempenho desses dados foi objeto das audiências públicas trimestrais, realizada na Câmara de Vereadores, dando cumprimento ao art. 9, §4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

NOTA 7 - Ajustes decorrentes de erros e omissões

Não ocorreram no exercício ajustes desta natureza.

NOTA 8 – Utilização de normas subsidiárias

Não houve no exercício fatos contábeis de utilização no setor público de normas subsidiárias.

NOTA 9 - Ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito

Não foram avaliados os ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito.

NOTA 10 – Receitas e despesas intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias totalizaram R\$ 2.489.217,45, e se derivam dos seguintes fatos:

- Receita de contribuição do servidor
- Receita patronal do município
- Receita rendimentos de aplicações financeiras.
- Receita de aporte permanente de amortização déficit atuarial

As despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 558.125,06, e derivam dos seguintes fatos:

- Pagamento de aposentadorias e pensões
- Pagamento de pessoal gestor do fundo
- Outras despesas administrativas para manutenção do fundo FAPS.

NOTA 11 – Abertura de créditos adicionais

O Balanço Orçamentário, no que tange ao detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário), e aos valores referentes a abertura de créditos adicionais, são evidenciados nos dois quadros seguintes.

Tipo de crédito	Total da despesa autorizada por tipo de crédito
Fixada	14.428.371,00
Suplementar	5.478.694,81
(-Reduções)	2.598.286,48
Especial	1.220.185,40

(-Deferidos)	260.300,00
Reabertura	-0-
Total	18.268.664,73

NOTA 12 – Repasse Duodécimo Legislativo

Transferências financeiras recebidas		Transferências financeiras concedidas	
Montante	Origem	Montante	Destino
332.768,78	Prefeitura	332.768,78	Câmara

NOTA 13 - Consolidação das demonstrações contábeis

Esta consolidação das demonstrações contábeis é composta pelos órgãos da Administração Direta, conforme evidenciado na NOTA 1 - Contexto Operacional, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação foram realizados em documentos auxiliares e não originaram nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil;
- as demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data.
- foram eliminados os valores de quaisquer contas decorrentes de transações entre as entidades incluídas na consolidação.

Não se verificaram efeitos relevantes na consolidação das demonstrações contábeis em razão da defasagem.

Vilmor Carbonera
 Prefeito Municipal
 CPF: 311.964.620-20

Maria de Lourdes Costella Miotto
 Secretária da Fazenda
 CPF: 328.949.700-30

Vanessa Gusberti
 Contadora
 CRC/RS: 090.759/O-8